



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

TURISMO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

Considerações Sociológicas.

Resumo: Conceituamos turismo como um fenômeno social que se dá pelo deslocamento de pessoas a lugares, expressão da era moderna que envolve a oferta de serviços econômicos de hospitalidade, cuja racionalidade impacta dimensões ambientais, socioculturais e políticas de países e comunidades hospedeiras. Para efeito do presente trabalho enfatizaremos a relação turismo e meio ambiente. Nosso objeto de estudos é problematizar o fenômeno no contexto da questão do conhecimento: é possível um turismo ambientalmente sustentável? O objetivo principal é contribuir para o desenvolvimento de fundamentos epistemológicos da Turismologia, empreendendo uma necessária crítica analítica ao termo sustentabilidade. Este tem sido apresentado como conceito científico com evidências empíricas ao nível de gerenciamento ambiental; indicativo da emergência de um novo paradigma civilizatório na pós-modernidade; ou meramente ideológico, tentativa deliberada de mistificação da realidade. Metodologicamente, lançaremos mão de uma variante idealista, materialista e histórica do método dialético, uma pesquisa teórica sociológica para somar com a Turismologia no estudo de seu complexo e multifacetado objeto de estudos, o turismo. Nas discussões dos resultados da presente investigação faremos uso, inclusive, de dados empíricos e inéditos de uma pesquisa nacional de campo que realizamos a nível de mestrado. Nossa principal conclusão é que o termo sustentabilidade não se reveste do estatuto de conceito, ou seja, uma construção teórica referenciada e passível de generalização, o que remete ao questionamento do termo ecoturismo. As implicações do trabalho são teóricas e práticas. Ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento de conceitos da Turismologia, como o de ecoturismo, realizando uma necessária crítica a seus fundamentos epistemológicos, apresenta dados de pesquisas de campo que potencializa práticas de gerenciamento ambiental por empreendedores do setor de serviços. Dialética e originalmente, o principal resultado do trabalho é perceber sustentabilidade como uma ideia-força, uma utopia de necessária realização, uma mensagem que agrega e em pontual efetivação.

Palavras-chave: Turismo; Sustentabilidade; Meio Ambiente; Sociologia.

INTRODUÇÃO

Conceituamos turismo como um fenômeno social que se dá pelo deslocamento de pessoas a lugares, expressão da era moderna que envolve a oferta de serviços econômicos de hospitalidade, cuja racionalidade impacta dimensões ambientais, socioculturais e políticas de países e comunidades hospedeiras. Esses impactos ou efeitos do fenômeno sobre os destinos turísticos, em um contexto global que vivencia a turistificação, o surgimento da turismofobia e a ocorrência de movimentos sociais contestatórios por parte de autóctones, justifica a atualidade da reflexão sobre uma possível sustentabilidade do desenvolvimento do turismo. Para efeito do presente trabalho enfatizaremos a relação turismo e meio ambiente. Nosso objeto de

estudos é problematizar o fenômeno no contexto da questão do conhecimento: é possível um turismo ambientalmente sustentável?

O objetivo principal é contribuir para o desenvolvimento de fundamentos epistemológicos da Turismologia, empreendendo uma necessária crítica analítica ao termo sustentabilidade. Este tem sido apresentado ora como conceito científico com evidências empíricas ao nível de gerenciamento ambiental; indicativo da emergência de um novo paradigma civilizatório na pós-modernidade; ou meramente ideológico, tentativa deliberada de mistificação da realidade.

Em nosso referencial teórico procuraremos alinhar os contornos das principais questões, buscando, de início, relacionar sentidos dos termos sustentabilidade/desenvolvimento sustentáveis com o ambientalismo, para, em seguida, tratar da problemática de um turismo ambientalmente sustentável partindo da ideia de ecoturismo. Sendo uma pesquisa teórica e essencialmente sociológica, faremos uso de princípios metodológicos de uma variante idealista, materialista e histórica dialética para trabalhar o concreto ao nível do pensamento abstrato, num movimento em espiral de tensão entre a essência e a totalidade que a questão enseja. Nas discussões dos resultados faremos uso, inclusive, de dados empíricos inéditos de uma pesquisa nacional de campo que realizamos a nível de mestrado, no sentido de buscar dar uma contribuição original à reflexão da problemática. As implicações do trabalho são teóricas e práticas, pois, ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento de conceitos como o de ecoturismo a partir de uma necessária crítica de seus fundamentos epistemológicos, apresenta dados de pesquisas de campo que potencializa práticas de gerenciamento ambiental por empreendedores. Em nossas considerações finais buscaremos enfatizar a percepção de sustentabilidade não como um conceito já estabelecido, mas sim como uma ideia-força, uma utopia de necessária realização, uma mensagem que agrega e em pontual efetivação, sendo possível um desenvolvimento diferenciado do turismo, um fenômeno ambientalmente correto, adequado e lucrativo.



REFERENCIAL TEÓRICO

Sustentabilidade e Ambientalismo

Muitos negam à noção de desenvolvimento sustentável o estatuto de conceito (ACSERLRAD, 1992), enquanto outros propõem sua substituição pela noção de sociedades sustentáveis (DIEGUES, 1995). A terminologia de sociedades sustentáveis seria mais adequada, pois possibilitaria a cada uma definir seus padrões de produção e consumo, bem como seu nível de vida, a partir de sua cultura, seu desenvolvimento histórico e seu ambiente natural (VIEIRA, 1997). Para fins analíticos trataremos “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade” como sinônimos, uma vez que não se concebe que um desenvolvimento com características degradantes possa levar a constituição de sociedades sustentáveis.

O termo ecodesenvolvimento precede desenvolvimento sustentável como uma busca de um novo entendimento nas relações entre o ambiente e o desenvolvimento. Trata-se de projetar e programar estratégias ambientalmente adequadas para promover um desenvolvimento socioeconômico equitativo (SACHS, 1994). A expressão foi utilizada originalmente por Strong, diretor executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA em 1973, como proposta para um novo tipo de desenvolvimento adaptado às áreas rurais dos países periféricos. Na década de 1980 Sachs tenta desenvolver a categoria em termos conceituais e operacionais, propondo que todo o planejamento de desenvolvimento deve levar em conta, simultaneamente, cinco dimensões de sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial e cultural.

Ecodesenvolvimento foi rebatizado por pesquisadores anglo-saxões como desenvolvimento sustentável. Este termo surge pela primeira vez em 1980 no documento *World Conservation Strategy* da União Internacional para Conservação da Natureza e *World Wide Fund for Nature - WWF* por solicitação do PNUMA, ao prever uma estratégia mundial para conservação da natureza e

“[...] assegurar o aproveitamento sustentável das espécies e dos ecossistemas que constituem a base da vida humana” (BARBIERI, 1997, p. 23).

Desenvolvimento sustentável vai ganhar notoriedade no final daquela década, sobretudo quando o Relatório Nosso Futuro Comum, ou Relatório Brundtland, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD da Organização das Nações Unidas - ONU foi entregue à Assembleia Geral em 31 de dezembro de 1987, passando a constituir-se em referência para o futuro do planeta, definido como:

Aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: o conceito de “necessidades”, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; a noção de limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras. (CMMAD, 1998, p. 46)

Rapidamente a expressão passa a ganhar espaço na ciência e na política, nas análises de políticas públicas e nas instituições, se consolidando no documento Agenda 21, compromisso assinado por 179 países ao fim da Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, convocada pela Assembleia Geral da ONU, realizada no Rio de Janeiro em 1992, a Rio-92.

Desenvolvimento sustentável, desde a sua matriz, o ecodesenvolvimento, parece buscar a conciliação dos valores de justiça social, capacidade de suporte ecossistêmico e crescimento econômico. O economista ambiental inglês Pearce, em seu livro *Blueprint for a Green Economy*, assinalou a existência de mais de 30 definições diferentes atribuídas à expressão, todas recolhidas no universo da literatura especializada sobre ambientalismo (Ungaretti, 1998).

Desenvolvimento sustentável seria indicativo de um período transacional entre um paradigma de desenvolvimento (baseado em uma lógica tradicional “produtivista” industrial) e um paradigma de sustentabilidade (baseado em equidade social e respeito aos limites ecossistêmicos). Esse novo paradigma civilizatório se concebe a partir da crítica do método científico que demarca a



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

modernidade a partir de Descartes, que perceberia a natureza com uma visão maniqueísta, mecanicista e utilitária, em uma autêntica dicotomia sociedade/meio ambiente. Dado que, mesmo presente no pensamento teórico autores como Capra (1982), Morin (1982) e Souza Santos (1993), dentre outros, por ainda não contar com um estatuto teórico e prático totalmente definido, permite-se que seja confundido e manipulado pelo modelo tradicional. Tratar-se-ia de “um período de competição entre visões e posições diferentes, em que o desenrolar dos conflitos indicará o grau de força social de cada paradigma” (PIRES, 1998, p. 80).

A discussão sobre desenvolvimento sustentável pode ser o estabelecimento de um campo de negociações, uma tentativa de encontrar um terreno comum “entre ambientalistas [...] e [...] empresários, sobretudo aqueles vinculados à indústria, motor do modelo de expansão e crescimento da economia capitalista” (RIBEIRO, 1991, pp. 84-85). “O processo de aprendizado mútuo empreendido por ambientalistas e empresários está conduzindo a uma compreensão muito importante da situação ecológica do planeta”, afirma Schmidheiny (1991, p. 9), presidente do *Business Council for Sustainable Development*. O coordenador executivo no Brasil desta organização empresarial percebe desenvolvimento sustentável como significando a possibilidade da contínua reprodução do sistema capitalista, conciliando o uso parcimonioso dos recursos naturais com a necessidade de acumulação de capital, pois “[...] só a aceleração do desenvolvimento poderá engendrar soluções para os problemas ambientais. Enfim, crescer no presente garantindo o futuro” (FORTES, 1992, p. 62).

Podemos falar em um capitalismo ambientalmente adequado, um ecocapitalismo?

Ao nível ideológico ambientalismo e capitalismo não são contraditórios, uma vez que a percepção de mundo ambientalista parte da relação Homem/Natureza e não da relação Homem/Homem. A crítica ambientalista é dirigida aos fundamentos da sociedade industrial produtivista, e não ao modo capitalista de produção, sob o argumento que sociedades que vivenciaram ou experimentam uma forma alternativa de relações sociais, o chamado



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

socialismo real, também são degradantes ambientalmente. Seria o ecocentrismo, pensar a natureza como um valor em si e para si. “Diferenças ideológicas também poderão desaparecer pouco a pouco, à medida que as nações forem elaborando a sustentabilidade como causa comum” (BROWN et al, 1990, p. 238).

[...] é necessário colocar que, quando nos referimos aos problemas ambientais das sociedades e economias capitalistas, não queremos sugerir que as sociedades socialistas sejam diferentes nesse aspecto. Os estudos ambientais e os próprios meios de comunicação têm demonstrado os resultados ecologicamente negativos do modelo de desenvolvimento de florestas no leste europeu por chuvas ácidas, o episódio nuclear de Chernobyl e o processo de desertificação e salinização de vastas regiões em torno do mar de Aral, amplamente divulgada pela mídia. Além disso, após a desintegração recente das experiências do socialismo, restam os modelos capitalistas. Assim, importa lembrar, que quando hoje falamos de desenvolvimento sustentável nos referimos ao contexto da sociedade capitalista industrial. (MOSER, 2004, p. 95)

A progressiva disseminação da preocupação pública com a deterioração ambiental transforma o ambientalismo num movimento multisetorial e complexo na segunda metade da década de 1980 (VIOLA; LEIS, 1992). Nessa perspectiva, a preocupação ambiental passaria por um determinado tipo de consenso, passando a fazer parte da agenda de associações e grupos comunitários; agências estatais nos níveis municipal, estadual e federal; organizações não governamentais com outras preocupações sociais; cientistas e instituições; fundações; políticos; entidades religiosas; educadores em geral; e empresariado. Inserido nesse contexto o ambientalismo empresarial é definido como sendo próprio dos "gerentes e empresários que começam a pautar seus processos produtivos e investimentos pelo critério de sustentabilidade ambiental" (VIOLA; LEIS, 1998, p. 135).

Defensores da tese que estamos vivenciando um contexto de disputas de posições que sinalizam a possibilidade de uma transição paradigmática civilizatória, Ernest Callenbach, Fritjof Capra e demais representantes do Instituto Elmwood fazem uma distinção entre administração "ambiental" e "ecológica". A administração e a auditoria ecológica, ao contrário da ambiental,



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

seriam movidas por uma ética ecológica. “Envolvem uma mudança do pensamento mecanicista para o pensamento sistêmico [...] Substituem a ideologia do crescimento econômico pela da sustentabilidade ecológica” (CALLEMBACH et al, 1999, p. 13). Esse gerenciamento ecológico, baseado em uma ecologia profunda (em oposição a uma ecologia superficial), geraria uma série de possibilidades e marcaria uma nova era.

O gerenciamento ambiental, e não o ecológico, é típico de empresas que se colocam em uma posição de vanguarda, como as que implantam Sistemas de Gestão Ambiental - SGA em conformidade com a norma internacional ISO 14001, pois “Quem não se certifica não participa do mercado global, ou participa sem a vantagem de exibir qualidades específicas mundialmente reconhecidas” (REBOUÇAS, 1997, p. 256). Essa norma engendrada pelo mercado é apresentada como indicador de desenvolvimento sustentável pelo coordenador de comunicação para a América Latina da WWF: “A boa notícia para o Brasil é que muitas empresas nacionais obtiveram o certificado ISO 14000, o padrão industrial de qualidade ambiental” (LYRA, 1998, p. 23).

Turismo Ambientalmente Sustentável?

O desenvolvimento do fenômeno turismo em ambientes naturais sensíveis ecologicamente engendrou a necessidade da sustentabilidade do turismo de natureza, também designado por turismo ecológico ou ecoturismo.

À semelhança do que ocorre com sustentabilidade, existe uma indefinição em torno do que seja turismo ecológico e ecoturismo (FARIA; CARNEIRO, 2001). O impasse sobre a utilização destes termos é a mesma entre teoria e prática, ou seja, a incompatibilidade entre o que é planejado e previsto como esperado e o que é realizado na prática por empreendedores. Questões relacionadas com a comunidade local e aos requerimentos básicos para efetivação da atividade: planejamento, capacidade de carga, guias especializados, infraestrutura adequada, regulamentação, segurança, interação com a comunidade local etc. (SELVA; COUTINHO, 2000).

O turismo ecológico pode ser considerado um segmento do mercado no qual turistas e promotores de viagem procuram o contato direto com os mais diferentes ambientes naturais, entretanto sem a preocupação com o equilíbrio ecológico, ou mesmo com a compreensão dos fluxos e dinâmica que são estabelecidos no ambiente. A expressão ecoturismo, por sua vez, surgiria para designar a modalidade de turismo cujas bases estão fincadas na proposta do desenvolvimento sustentável: comprometimento com as gerações futuras, justiça social e eficiência econômica, considerando o ambiente nas suas múltiplas conexões - natural, econômicas, sociais e culturais.

A relação do fenômeno turismo com o meio ambiente dá-se principalmente por meio da paisagem, transformada em produto a ser consumido. Invariavelmente são observadas modificações onde se realiza.

Os impactos podem ser identificados a partir dos custos potenciais, como a degradação da natureza [...], injustiças e instabilidades econômicas, mudanças socioculturais negativas; como dos benefícios potenciais, geração de receita para as áreas protegidas, criação de empregos para as pessoas que vivem próximas e promoção de educação ambiental para a conscientização sobre a necessidade de conservação dos recursos naturais. (BOO, 1995, p. 34)

Alguns fatores recorrentes explicam por que ecoturismo não tem promovido ou generalizado o ecodesenvolvimento:

1) ausência de empenho e de comprometimento político dos governos para mobilizar os recursos - humanos, financeiros, culturais e morais - que garantam a integração dos princípios ecológicos com o desenvolvimento econômico; 2) o turismo é promovido por pessoas de fora da região, cujos interesses variados não são direcionados à satisfação das necessidades locais. (BRANDON, 1995, p. 227)

Os principais entraves ao ecoturismo referem-se à ausência de consenso sobre o sentido do termo e de regulamentações que orientem empreendedores para uma possível e necessária coexistência harmônica entre o fenômeno turismo e o ambiente natural e social em que se realiza.



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

Para sobrepujar tais obstáculos e alcançar os objetivos a que se destina, é necessária uma abordagem multidisciplinar e um sistema intersetorial, um planejamento cuidadoso (tanto físico como gerencial para impedir que a atividade seja impulsionada, exclusivamente, por forças do mercado) e diretrizes e regulamentos rígidos, que garantam estabilidade à atividade. (RAMBALDI; FERREIRA, 2000, p. 20)

Dentre os benefícios originados pelo ecoturismo, emprego e renda para as populações autóctones são os mais apregoados, no entanto “frequentemente, apenas uma pequena parcela do dinheiro gasto pelos turistas permanece no próprio local ou próximo a ele” (LINDBERG; HUBER, 1995, p. 179). Ademais, muito da renda gerada pelo turismo para as populações locais é obtida por meio de trabalhos informais e precários, uma vez que a atividade econômica do fenômeno é essencialmente sazonal.

Se parece pouco provável que práticas destrutivas, decorrentes do uso inadequado de recursos naturais, possam ser evitadas sem que ocorra uma mudança na situação socioeconômica das comunidades, a melhor maneira de fomentar a mudança é permitir que essas assumam o controle de seu crescimento e desenvolvimento.

A participação comunitária na manutenção de práticas de manejo adequadas em destinos turísticos pode assumir uma característica participativa e/ou beneficiária. Nesta, os locais podem ser beneficiados pela geração de empregos de baixa remuneração, como guias, camareiras ou seguranças, não sendo garantia de engajamento efetivo no processo de tomada de decisão. Este só é efetivado por meio de uma abordagem participativa, onde os moradores assumem-se como sujeitos sociais do turismo, empreendendo, fazendo a gestão dos recursos da natureza, tomando decisões comunitárias e controlando e/ou influenciando nas atividades que afetam o seu modo de viver. Nesse processo estabelecesse um vínculo evidente entre benefício recebido e proteção dos recursos, assegurando que a atuação da população não se reverta em impacto débil ou negativo. (BRANDON, 1995, p. 229)

O sentido do ecoturismo “implica em medidas de conservação e manejo, [...] uma relação intrínseca entre as empresas privadas que organizam viagens pela natureza e as entidades [...] responsáveis pela proteção das áreas naturais, além da população local” (FARIA; CARNEIRO, 2001, p. 74). Existem vários exemplos de destinos turísticos que buscam associar o ecoturismo à



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

conservação de áreas naturais e à promoção do bem-estar de comunidades locais (PIRES, 1998). Entretanto:

Uma das atividades turísticas que mais crescem em todo o mundo, o ecoturismo, pode estar ameaçando a vida selvagem por causar a transmissão de doenças humanas aos animais.

Em Botsuana, no Parque Nacional Chobe, cientistas documentaram que a tuberculose foi transmitida aos mangustos da região, provocando duas epidemias. Acredita-se que os animais se infectaram com lixo contaminado deixado no parque. Outra epidemia matou suricatas no deserto de Kalahari.

Outras pesquisas sugerem que os gorilas em Uganda podem estar pegando doenças da pele dos humanos, que são transmitidas pelas peças de roupa deixadas pelos turistas. A escabiose transmitida causa perda de pelo nos gorilas e os torna menos atrativos para outros membros da espécie e para os próprios turistas, que pagam quantias consideráveis para ver os animais.

Na Antártida, os visitantes são avisados de que não se aproximem dos pinguins que estão chocando ovos para não causar pânico nos animais, que se encontram em regime de contenção de energia. Uma perda extra de energia pode forçá-los a deixar o ovo para procurar comida, e o embrião morre. Também existe a possibilidade de os turistas introduzirem doenças exóticas, cujo efeito seria catastrófico. (DIAS, 2003, p. 63)

As áreas onde o ecoturismo é desenvolvido devem possuir facilidades e infraestruturas próprias, “tendo nas trilhas interpretativas da natureza importante instrumento de apoio para esse tipo de atividade” (PAGANI et al, 1999, p. 152). Os principais impactos ambientais decorrentes da implantação e uso de trilhas são:

a) Solo: os principais impactos são a compactação – que diminui a capacidade do solo de retenção de água, alterando assim sua capacidade de sustentar a vida vegetal e animal (microfauna do solo) associada e a erosão.

A presença de trilhas altera ainda o padrão de circulação da água na região. A água passa a escorrer preferencialmente ao longo da superfície “lisa” da trilha, provocando o deslocamento de partículas aumentando assim a erosão. Quanto maior a inclinação do terreno, maior a velocidade da água e maior a quantidade de partículas deslocadas.

b) Vegetação: destruição das plantas por choque mecânico direto e indiretamente por compactação do solo. A erosão expõe as raízes das plantas dificultando sua sustentação e facilitando a contaminação das raízes por pragas, o que compromete toda a planta.

A presença de uma trilha provoca algumas mudanças na composição da vegetação ao seu redor. As alterações ambientais permitem que



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

as espécies mais resistentes tenham mais vantagens em relação às mais sensíveis.

c) Fauna: o impacto de trilhas em relação à fauna ainda não é bem conhecido. Provavelmente deve haver uma alteração no número de indivíduos de cada espécie, isto é, um aumento no caso de espécies tolerantes à presença humana e uma diminuição para as mais sensíveis. (SCHELHAS, 1986 apud PAGANI et al, 1999, p. 153).

A multiplicação de trilhas na natureza como roteiros de ecoturismo pode ainda fragmentar a área necessária a algumas espécies animais, provocando interferência em suas rotas de deslocamento, destruição do habitat dos animais de caça, destruição de abrigos para certos carnívoros etc. (GUILLAUMON, 1977).

Recentemente, duas notícias sobre destinos importantes de ecoturismo ganharam destaque na imprensa mundial, reforçando a importância da ação do Estado para a regulação, fiscalização e monitoramento das atividades.

A ilha de Komodo, na Indonésia, será fechada temporariamente a turistas após roubo de dragões. A medida dará às autoridades locais a chance de aumentar a população do animal e preservar seu *habitat*. “A decisão veio dias depois de nove pessoas serem presas por suspeita de venderem mais de 40 animais por cerca de US\$ 35 mil cada [...] Eles tentariam usá-los para criar um antibiótico” (BRICE-SADDLER, 2019). O dragão-de-komodo existe há centenas de milhares de anos. Parte da razão de sua longevidade é que sua mordida é muito venenosa. Especialistas consideram que é uma boa ideia fechar a ilha, mas o bloqueio pode não ser o suficiente para impedir o roubo “Pode valorizar [o animal], e, quanto maior o preço, maior a chance de ocorrer caça ilegal [...] também se preocupam com a perda de receita turística de um ano e o impacto que isso poderá ter na economia local” (BRICE-SADDLER, 2019).

Missão para limpar o monte Everest recolhe três toneladas de lixo: aumento do fluxo turístico levou a acúmulo de resíduos na montanha. A crescente atividade durante as últimas décadas provocou acúmulo de rejeitos deixados pelos alpinistas nas encostas da montanha mais alta do planeta: “[...] barracas, cilindros de oxigênio, materiais de escalada e até excrementos. Com



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

o início da temporada de escalada, em abril, o governo do Nepal enviou à montanha uma equipe [...] com o objetivo de retirar dez toneladas de lixo” (AFP, 2019).

A terminologia utilizada pela segmentação mercadológica do fenômeno em realização em vários ambientes naturais é diversificada, com o ecoturismo sendo vendido como turismo científico, de aventura, rural, agroecoturismo, agroturismo, de experiência, iluminista etc.

No Brasil, a expressão mais utilizada, sendo também a melhor aceita pelo IBAMA e pela EMBRATUR, é Turismo Ecológico cuja definição é dada como sendo um turismo desenvolvido em áreas naturais, onde os seus consumidores procuram usufruir ao máximo a natureza, minimizando os impactos que possam causar, além de desenvolver uma consciência ou compreensão ecológica. Nas Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo este é apresentado como um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

Do exposto, conclui-se pela íntima relação entre ecoturismo e sustentabilidade, sendo esta pré-requisito daquele, pois o segmento, como atividade econômica, geraria empregos e renda, valorizaria a cultura local e promoveria entre as comunidades e os turistas uma consciência ambientalista.

A busca por novas alternativas frente à crise, ou transformação do paradigma hegemônico (mecanicista, fragmentário e disciplinar) se visibiliza de maneira mais evidente nas chamadas novas áreas do conhecimento, que surgiram como indicadores dessa crise, como é o caso do turismo, da hospitalidade, do Desenvolvimento sustentável, da ecologia. (SIQUEIRA, 2005, p. 129)

Esse sentido nos leva a problematizar a possibilidade de um desenvolvimento sustentável do fenômeno turismo em sua dimensão ambiental de totalidade.

A ideia de um turismo sustentável foi influenciada pelo debate em torno dos sentidos do termo desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo foi fruto de um debate entre estudiosos do fenômeno sobre os impactos negativos com relação ao meio ambiente e à cultura das sociedades hospedeiras a partir da década de 1960, quando já se apresenta como turismo de massa, como Michael Dower (1968), Young (1973), De Kadt (1979), Mathieson e Wall (1982), Peter Murphy (1985) e Jost Krippendorf (1992), dentre outros.

À medida em que os impactos negativos do fenômeno iam sendo reconhecidos e divulgados, buscaram-se alternativas para minimizar esses efeitos e otimizar os aspectos positivos, inclusive ao nível teórico, conceitual. A expressão turismo sustentável começou a mencionada ao final da década de 1980, quando o meio acadêmico e operadores do setor começaram a considerar as implicações do Relatório Brundtland em suas atividades. No início da década de 1990 o termo passou a ser usado com frequência no sentido de “uma abordagem do turismo que reconhece a importância da comunidade local, a forma como as pessoas são tratadas e os desejos de maximizar os benefícios econômicos do turismo para essa comunidade” (SWARBROOKE, 2000, p. 13). O termo foi reconhecido pela União Europeia em 1995, e seu sentido foi uma aplicação do Relatório Brundtland da ideia de desenvolvimento sustentável, com o turismo sustentável sendo “Formas de turismo que satisfaçam hoje as necessidades dos turistas, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades” (SWARBROOKE, 2000, p. 19).

Definições genéricas podem dar impressão de simplicidade do que é complexo; por outro lado, definições rígidas poderiam limitar o alcance de questões a serem compreendidas (BRAMWELL et al,1996). A terminologia turismo sustentável corre o risco de permanecer irrelevante e inepta, como política viável para o mundo real do desenvolvimento do turismo, se não houver os meios efetivos para transformar a ideia em ação (PIGRAN, 1990).

Um estudo de caso do impacto ambiental do desenvolvimento do turismo de escala reduzida, na Malásia, mostrou que mesmo pontos turísticos de pequeno porte experimentaram um crescimento na acomodação, entre 1970

e 1990, de até 2000%. O crescimento não planejado do turismo resultou em vários impactos negativos, como conflitos devido a recursos limitados, tais como água, terras para pastagens, esgotamento de *hábitats* marinhos e ecossistemas (HAMZAH,1997).

A paisagem se deteriora com o exercício da atividade turística das mais diversas formas, evidentes ou não. A transformação dos espaços naturais para implantação de edificações é uma delas. Além de alterar a paisagem de modo negativo, tendem a privatizá-la, tornando-as, muitas vezes, inacessíveis aos transeuntes em geral. “Em outros casos, a construção de edificações, e também de estradas, pontes, etc., dão origem a processos erosivos de difícil contenção, tornando a degradação do solo e sua exposição às intempéries cada vez maior” (MENDONÇA, 1999, p. 22).

O turismo intensifica o processo de especulação imobiliária que, ao valorizar novas áreas, faz com que suas características ambientais se tornem completamente secundárias. “[...] o aterro de mangues e de lagunas, a eliminação de áreas de florestas originais, a ocupação de dunas e a construção sobre altas declividades são [...] extremamente frequentes, em todo o nosso litoral.” (MENDONÇA, 1999, p. 22).

As localidades turísticas têm dificuldades em solucionar os problemas de saneamento básico, pois a demanda sobre estes serviços é multiplicada, às vezes, por cem, em épocas de temporada e fins de semana prolongados. Nesses períodos, os efluentes domésticos chegam a atingir níveis muito superiores à capacidade de saturação: os despejos de fossas e esgotos acabam contaminando as praias, comprometendo a balneabilidade de suas águas. É também difícil organizar a coleta de lixo, e muitas vezes é impossível estabelecer um local apropriado para o seu despejo que, ou fica disperso por várias áreas sem um tratamento adequado, ou a municipalidade deve negociar a sua deposição em algum município vizinho. São todas soluções de curto prazo que prejudicam o potencial futuro para o desenvolvimento turístico. (MENDONÇA, 1999, p. 22)

O litoral brasileiro, com suas praias, dunas, lagoas, coqueirais e paisagens naturais, constitui-se em regiões em que o fenômeno turismo mais se desenvolve no país. Grandes empreendimentos turísticos foram executados e estão projetados para áreas que deveriam ser consideradas de preservação.



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

“Preservação implica não-uso e não-destruição. Como conciliar este objetivo, se no turismo a paisagem é transformada em mercadoria e passa a ser consumida, de forma antiecológica?” (CORIOLANO, 1999, p. 94)

Em Fleicheiras, praia do município de Trairi, foram realizados aterros de mangues para construção de uma estrada e de um hotel com objetivos turísticos. Em Balbino, outra localidade praiana, foram realizadas compras de pés de coco dispersos, como única forma de acesso à apropriação da terra dos nativos. No Morro Branco e na praia das Fontes, no litoral leste do Estado, foram feitos desmontes de falésias e terraplanagem de morros, acidentes geográficos que serviam de guias aos pescadores que voltavam desorientados de alto mar, por não possuírem bússolas. Na praia das Fontes acabou-se o acesso fácil dos pescadores à praia, pois a construção de um hotel cinco estrelas, com seus chalés, levou a entrada da praia para bem distante. A população local comenta: ‘Ai de quem tentar passar dos limites criados pelas empresas turísticas, significa jogar a vida em perigo’.

[...]

Em Caponga ocorre o assoreamento e a poluição do rio Mal Cozinhado, em consequência da construção do hotel dos franceses às suas margens. Em Jericoacoara, a poluição da praia decorre dos dejetos e coliformes fecais e quantidade de visitantes que chegam ao mesmo tempo. Nesta praia, chega de uma só vez cerca de 4.000 turistas, o que representa uma grande quantidade de lixo produzido e não-reciclável.

Acabou-se ali a sobrevivência do mar, criou-se a sobrevivência do turismo que fez, além de tudo, aumentar o custo de vida. (CORIOLANO, 1999, p. 95)

Pode-se comprovar que o turismo, se não regulado, mal planejado e implementado ao sabor do mercado, pode causar degradação e desestruturações irreversíveis. “A descaracterização ambiental, a degeneração das culturas locais, a prostituição, o uso de drogas são fatos encontrados em todos os polos turísticos do Ceará” (CORIOLANO, 1999, p. 95).

No Mar Mediterrâneo o desenvolvimento do fenômeno tem implicado em crescimento econômico das regiões que se especializaram como destinos.

Pero también ha implicado el surgimiento de importantes conflictos causados por la falta de sincronización entre el desarrollo del turismo y la capacidad de carga del medio. Entre ellos destaca el importante consumo de territorio y del recurso agua, la generación de polución y residuos contaminantes, la aparición de una importante presión física sobre el uso del territorio, especialmente sobre las regiones costeras y durante los meses de máxima demanda turística así como una presión sociocultural sobre la población residente en las áreas que



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

han sufrido un rápido proceso de especialización turística con consecuencias sobre cambios de estilos de vida y de identidad colectiva de la sociedad autóctona. (TOMÁS, 1999, pp. 200-201)

O proprietário de um hotel em Santa Catarina foi punido,

[...] condenado por ter causado danos ao meio ambiente e alterado as características de área protegida por lei. Sua pena foi pena foi de 2 anos de prestação de serviços à comunidade, de preferência restaurando as áreas danificadas, além de pagar multa.

[...]

A região agredida é a Área de Proteção Ambiental (APA) de Anhatorim, criada em 1992 para preservar as populações de botos encontradas nas enseadas da região e seu espaço de alimentação e reprodução, bem como remanescentes de Mata Atlântica e fontes hídricas de interesse para a sobrevivência das comunidade de pescadores artesanais da região. (DIAS, 2003, p. 75)

Entretanto:

O hotel Tropical Cataratas [...] em Foz do Iguaçu, investiu R\$ 800 mil em reformas e treinamento para obter o ISO 14.001, o certificado ambiental.

Em outubro de 2000, o hotel, que fica dentro do Parque Nacional do Iguaçu, foi o primeiro hotel brasileiro a conseguir o selo de gestão ambiental. Para isso, fez várias modificações nos sistemas elétrico, de distribuição e tratamento da água e na disposição dos resíduos. Foram instalados redutores de água dentro dos apartamentos, feita reforma na parte hidráulica e construída uma central de tratamento de efluentes.

Essa estação de tratamento de efluentes é um sistema fechado para evitar que os animais silvestres caiam dentro das caixas, com pré-tratamento para a água da lavanderia e da cozinha, além de uma fossa séptica, filtragem anaeróbica e desinfecção da água que será devolvida para o rio Iguaçu.

O consumo de energia também foi reduzido. O gasto total do hotel passou de 1.500 quilowatt/hora (kW/h) por mês de cada apartamento para 1.239 kW/h. Os grandes consumidores de energia, como caldeiras e aparelhos de ar condicionado, passaram por um processo de racionalização de uso.

O programa de coleta seletiva teve como resultado a reciclagem, no ano anterior, de 47 toneladas de resíduo.

O pessoal passou por um treinamento, e os hóspedes também foram envolvidos. O hotel faz duas palestras semanais para os hóspedes para explicar o trabalho ambiental do hotel e para detalhar as particularidades ecológicas da região. (DIAS, 2003, p. 87)



METODOLOGIA

A raiz etimológica do termo “método” significa caminho ou percurso. Trata-se, aqui, de explicitar a trajetória empreendida na investigação científica de caráter teórico, sociológica e filosófica.

“Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é *atingir* a essência” (KOSIK, 1976, p. 12). A necessidade da destruição da pseudoconcreticidade que o pensamento dialético tem que efetuar “não nega a existência ou a objetividade daqueles fenômenos, mas destrói a sua pretensa independência, demonstrando o seu caráter mediato e apresentando [...] prova do seu caráter derivado” (KOSIK, 1976, p. 16).

O processo do abstrato ao concreto – como concreto pensado – é o método materialista do conhecimento da realidade, a dialética da realidade concreta, na qual se reproduz idealmente a realidade em todos os seus planos e dimensões, em movimento. A dialética é o método da reprodução espiritual e intelectual da realidade ou o método do desenvolvimento e da explicitação dos fenômenos culturais partindo da atividade objetiva do homem histórico. Baseia-se na compreensão da importância do homem como sujeito da *práxis* histórico-objetiva da humanidade, daí o seu caráter idealista pois não remete à noção de classe social, presente no materialismo histórico e no materialismo dialético de Marx. “A realidade social *não* é conhecida como totalidade concreta se o homem [...] é considerado apenas e sobretudo como *objeto* e na *práxis* histórico-objetiva da humanidade não se reconhece a importância [...] do homem como *sujeito*” (KOSIK, 1976, p. 44).

Em síntese fizemos uso da dialética de Karel Kosik nos seguintes procedimentos metodológicos ao nível do pensamento abstrato em sua correlação com o mundo empírico sensitivo:

A totalidade concreta como concepção dialético-materialista do *conhecimento* do real [...] significa [...] um processo indivisível, cujos



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

momentos são: a destruição da pseudoconcreticidade, isto é, da fetichista e aparente objetividade do fenômeno, e o conhecimento da sua autêntica objetividade [...] conhecimento do caráter histórico do fenômeno, no qual se manifesta de modo característico a dialética do individual e o humano em geral; e enfim o conhecimento do conteúdo objetivo e do significado do fenômeno, da sua função objetiva e do lugar histórico que ele ocupa no seio do corpo social. (KOSIK, 1976, pp. 51-52)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Uma taxa de crescimento econômico, como a da segunda metade do Breve Século XX, se mantida indefinitivamente (supondo-se isso possível), deve ter consequências irreversíveis e catastróficas para o ambiente natural desse planeta, incluindo a raça humana que é parte dele. Não vai destruir o planeta, nem torná-lo inabitável, mas certamente mudará o padrão de vida na biosfera, e pode muito bem torná-la inabitável pela espécie humana, como a conhecemos, com uma base parecida a seus números atuais. Além disso, o ritmo em que a moderna tecnologia aumentou a capacidade de nossa espécie de transformar o meio ambiente é tal que, mesmo supondo que não vá acelerar-se, o tempo disponível para tratar do problema deve ser medido mais em décadas do que em séculos. (HOBSBAWN, 1998, p. 547)

Como pesquisa de mestrado realizamos investigações de campo, com o apoio do CNPq, em cinco estados do Brasil em 1997 e 1998, visitando e sendo recebidos no interior de oito grandes empresas no país que buscaram e conseguiram a certificação ISO 14001. Concluimos que o ecocapitalismo não se insere no contexto de uma transição paradigmática civilizacional em direção à sustentabilidade. Valores nitidamente de mercado, de ganho de imagem, impulsionam as organizações à busca desse certificado internacional de gestão ambiental, com objetivos de agregar valor à marca (*marketing* institucional) e estabelecer um diferencial mercadológico. Com incontáveis aspectos positivos e cumprindo a legislação ambiental (uma condição para a certificação), percebemos que sete das oito empresas visitadas buscavam legitimar socialmente produtos e processos de produção que continuavam poluentes, dada a própria natureza industrial de suas atividades. A exceção foi a certificação do *Les Bernaches* – GR Restaurantes de Coletividades.

A GR - Restaurantes de Coletividade constitui-se em uma das empresas da Accor Brasil, grupo corporativo que, à época, atuava no Brasil em três segmentos da economia: alimentação e restaurantes, hotelaria e viagens, produtividade e *marketing*, através de 16 marcas de mercado, dentre elas a Ticket Restaurante.

Empresa então líder no segmento de serviços de alimentação para coletividades no Brasil, a GR - Restaurantes de Coletividade foi implantada em 1977, sendo responsável, em novembro de 1998, pelo fornecimento de 500.000 refeições diárias envolvendo 13.000 funcionários e 800 unidades clientes - hospitais, indústrias, bancos, escolas - em todo o país. A empresa experimentou, no início do Plano Real, um processo de terceirização e de enxugamento de pessoal.

A GR foi a primeira empresa da América Latina, no seu setor de atividade, a receber em 1996 o certificado ISO 9002. A unidade escolhida para esta certificação foi o restaurante *Les Bernaches*, inaugurado em junho/95 e que em novembro de 1998 atendia a uma média de 180 usuários/dia, funcionários da sede administrativa da GR na cidade de São Paulo. Foi projetado de modo a viabilizar a certificação ISO 9002 de modo a caracterizá-lo como uma unidade piloto para o ensaio de novas tecnologias e sistemas gerenciais e produtivos. “Foi utilizado facilmente” para a implantação do SGA ISO 14001, certificado conseguido em março de 1998 “a primeira no setor de alimentação coletiva no Brasil”. Era intenção da empresa multiplicar o SGA nos demais restaurantes, “mas sem pensar em certificação”.

Na implantação do SGA não foram necessários investimentos em consultoria especializada nem treinamento em auditoria ambiental. O *Bureau Veritas Quality International* foi a entidade escolhida para realizar as auditorias de certificação. O auditor demonstrou à equipe técnica da GR uma certa dificuldade em realizar o trabalho, pois desconhecia o processo de produção de alimentos em um restaurante, sua formação era em engenharia química industrial.

Segundo a GR, a qualidade da refeição servida é acompanhada por visitas técnicas de auditoria e controles microbiológicos. O SGA compreende



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

as atividades de gerenciamento¹, preparação e fornecimento de refeições. Esse escopo abrange todo o ciclo de vida do processo, desde a qualificação de fornecedores até o descarte final de resíduos e emissões para o meio ambiente. Para os usuários do restaurante a empresa enfatizou orientações para o não desperdício de alimentos servidos e consumo de materiais descartáveis. Com a diminuição do período de funcionamento dos principais equipamentos, o restaurante obteve uma redução de 41% no consumo de energia elétrica por refeição servida. Foram instalados arejadores de vazão nas torneiras e reavaliadas as atividades de higienização e limpeza, obtendo um decréscimo no consumo de água de 45%.

Para a equipe técnica “o impacto da ISO 14000 foi maior que o da ISO 9000” no restaurante, dada a modificação de processos e substituição de produtos². Os resíduos sólidos são separados, sendo vidro e plástico vendidos a cooperativas de catadores e papel doado para instituição de amparo a crianças. Os resíduos orgânicos se classificam em resto ingesta (sobra de comida nos pratos) e resto indigesta (sobra de comida nas panelas) e todos tem o mesmo destino³, o lixo. Este, ainda que separado dos resíduos inorgânicos, vai ser misturado com todos os tipos de resíduos nos caminhões que fazem a coleta de lixo da cidade de São Paulo, uma vez que esta não possuía uma política de coleta seletiva que propiciasse o aproveitamento e reciclagem do lixo doméstico e comercial.

Dentre as dificuldades apontadas para a implantação do SGA a GR assinalou o desconhecimento e/ou despreocupação dos fornecedores com relação aos aspectos/impactos ambientais de suas atividades. A empresa

¹ Os principais aspectos ambientais alvos de ações dos funcionários do *Les Bernaches* eram relativos ao processo de limpeza do ambiente após as atividades de preparo e consumo da comida. Novas práticas redundaram em diminuição do volume da água necessária à higiene do local; menor consumo de produtos de limpeza; e alteração do controle dos efluentes com a troca de bactéria inoculada na caixa de gordura.

² 1) introdução de uma máquina de lavar pratos que economiza água (reutiliza a da última lavagem); 2) mudança de produtos de limpeza; 3) introdução de precipitador hidrodinâmico para lavar a gordura que vem da coifa; 4) política de redução das sobras de comidas (resíduos orgânicos).

³ Segundo a equipe técnica a legislação do estado de São Paulo tornou-se rigorosa quanto a regulamentação da comercialização do resto ingesta como “lavagem”, exigindo uma licença “exigente” para a prática; assim, “os restaurantes da empresa que doavam a lavagem suspenderam o procedimento”.



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

destacou o trabalho realizado para a conscientização destes, como a tentativa de troca das embalagens de monoblocos de papelão (que iam para o lixo) por embalagens retornáveis de plástico. Questionadas quanto ao controle e/ou verificação do uso de pesticidas nos produtos hortifrutigranjeiros, nossas interlocutoras responderam que isto é “apenas uma preocupação, mas que não está no plano de metas do SGA a questão dos pesticidas”.

Um aspecto destacado como tendo contribuído positivamente para a implantação do SGA foi a participação dos funcionários, ainda que estes possuam apenas o nível primário de escolaridade⁴. Os oito trabalhadores do restaurante certificado passaram por um processo de educação ambiental, com exposição de palestras, vídeos e distribuição de cartilhas pela empresa⁵.

Os recursos financeiros necessários à implantação do SGA foram da ordem de R\$120.000,00 (sendo R\$ 80.000,00 referentes à estrutura, instalações e equipamentos e R\$ 40.000,00 a outros recursos). Seu retorno está previsto através da aquisição de vantagens competitivas decorrentes da utilização racional dos insumos e outros recursos de produção.

Documento de política ambiental então exposto ao público no interior do restaurante certificado e que se institui como diretrizes de implantação do SGA:

Nós, da Ticket Serviços S.A. Divisão GR- Restaurante *Les Bernaches*, acreditamos que nossas atividades, produtos e serviços devem estar em harmonia com o meio ambiente, contribuindo para o desenvolvimento sustentável. Para tanto, nós identificamos, como partes interessadas, os colaboradores, clientes e acionistas, os usuários do restaurante, os fornecedores, os organismos ambientais e sanitários governamentais e não governamentais pertinentes, a sociedade como um todo e a comunidade vizinha. Tendo em vista estas partes interessadas, é nosso compromisso:

- Identificar, obedecer e atualizar toda legislação, norma, regulamento, carta de compromisso e códigos de boa prática que sejam pertinentes e aplicáveis, de maneira compulsória ou por livre iniciativa nossa, aos aspectos ambientais de nossas atividades, produtos e serviços.

⁴ A equipe técnica assinalou que para tal fato concorreu a política de benefícios sociais da empresa para com os colaboradores, como a existência de plano de saúde e de cooperativa de consumo, bem como participação nos lucros para aqueles diretamente envolvidos na produção/operação das atividades de ponta nos restaurantes.

⁵ A gerência de qualidade da GR verificou uma “mudança de comportamento dos funcionários” com relação ao consumo de materiais e percebe que eles estão “levando um novo comportamento para casa”.



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

- Contribuir para a qualidade de vida e saúde do ser humano, através da preparação de refeições saudáveis e da implementação de práticas voltadas para a sanitização alimentar e do ambiente.

- Contribuir para a utilização racional dos recursos naturais, notadamente água e energia elétrica, e minimizar a emissão de efluentes líquidos e descarte de resíduos sólidos para o meio ambiente, através de técnicas adequadas de prevenção da poluição e racionalização das nossas atividades, produtos e serviços.

Estes compromissos são desdobrados em objetivos, metas e planos de ação, bem como controles operacionais, que devem ser submetidos a monitoramentos e análises críticas periódicas, como forma de assegurar o cumprimento ou superação destes parâmetros, demonstrar a melhoria contínua do nosso desempenho ambiental, avaliar o cumprimento desta política e antecipar fatores externos e internos relevantes que demandem eventuais ajustes em nosso Sistema de Gestão Ambiental.

Nota-se que não há nenhuma diretriz quanto a destinação final dos resíduos orgânicos. As sobras de comida, sejam àquelas nas bandejas dos usuários (o chamado resto ingesta), sejam os referentes aos alimentos já preparados que permanecem nos recipientes sem serem distribuídos (a chamada sobra limpa).

Indagamos a nossas interlocutoras quais os motivos pelos quais a comida saudável, a sobra limpa, não ganhava outro destino se não o lixo, como por exemplo, a doação para instituições beneficentes. A resposta: como a GR Restaurantes de Coletividade atua no setor de alimentação, setor este em que a imagem de sanitização alimentar é fundamental em termos de mercado, qualquer denúncia ou incidência de alguma contaminação, mesmo que viesse a acontecer posteriormente ao momento do preparo da refeição nos restaurantes da GR, poderia causar graves danos à marca. Assim, como uma viável⁶ mas hipotética atitude benemérita da empresa poderia se constituir em um risco a sua imagem no mercado, o destino de algumas possíveis toneladas de sobras limpas, alimentos saudáveis produzidos diariamente pelos 800 restaurantes de coletividade da GR em todo o Brasil eram o lixo, aterros sanitários e os lixões a céu aberto espalhados pelo país.

⁶ Reportagem veiculada no "Jornal Nacional" da Rede Globo, no dia 23/07/1999, mostrou como o aproveitamento da sobra limpa servida em restaurantes industriais da região de Curitiba - PR saciava a fome de 2.000 crianças/dia em creches e orfanatos da cidade.



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

Os objetivos, metas, planos de ação e controles operacionais que compõem o SGA implantado e reconhecido como em conformidade com a norma ISO 14001 foram efetivados apenas nas dependências do pequeno restaurante *Les Bernaches*. Atende aos funcionários da sede da área administrativa da empresa GR Restaurantes de Coletividade, especialmente projetado para se constituir como laboratório para o desenvolvimento de novos processos e tecnologias. O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO registrava, em 26 de agosto de 1998, a TICKET SERVIÇOS S/A: DIVISÃO GR como sendo uma das 48 Organizações-SGA-Certificadas ISO 14001. A experiência na cozinha-laboratório/restaurante modelo propiciou a associação às marcas GR - Restaurantes de Coletividade, e especialmente à marca Ticket, a imagem de preocupação e qualidade ambiental que a conquista do certificado confere.

A implantação do SGA ISO 14001 num restaurante, atividade que a legislação nem ao menos exige licenciamento ambiental, reveste-se de um significado bem preciso: busca de agregação de uma imagem simpática às marcas envolvidas para realização de *marketing* institucional. Em março de 1999, com reiteração via internet de nossa indagação-chave “o que levou a empresa a buscar o certificado ISO 14001?”, a resposta obtida é indicativa de potencialidades de grande magnitudes se generalizadas as práticas de gerenciamento ambiental pelas organizações:

A GR já tinha o Sistema da qualidade implantado e o certificado ISO 9002. A implantação de um Sistema de Gestão Ambiental passou a fazer parte integrante da melhoria contínua do nosso sistema já instalado. Desde então, quando o Sistema de Gestão Ambiental foi evoluindo, passamos a planejar a possibilidade de uma certificação... Acredite... A certificação não era nosso objetivo inicial, mas após o levantamento dos aspectos e impactos ambientais da nossa atividade, entendemos que a certificação seria um alerta para a importância deste Sistema. Imagine o quanto em recursos tais como água, energia elétrica, produtos de higienização e alimentos uma entidade como a GR mobiliza em um dia comum... No Brasil atendemos a 800 restaurantes e cerca de 500 mil trabalhadores dia. Através do nosso sistema piloto podemos divulgar para estes os monitoramentos validados...



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

As marcas beneficiadas com a certificação do SGA ISO 14001 no Les Bernaches, então empresas integrantes do grupo Accor, atuam no segmento econômico prestador de serviços. O fenômeno turismo, por oferecer serviços econômicos de hospitalidade tem um potencial de sustentabilidade diferenciado, não é intrinsecamente poluente como as indústrias de transformação, daí ser apregoado, ideologicamente, como uma “indústria limpa”.

A relação Homem/Natureza passa necessariamente pela análise da relação Homem/Homem:

Conhecemos apenas uma ciência, a ciência da história. Esta pode ser considerada por dois ângulos, e dividida em história da natureza e dos homens. As duas perspectivas, entretanto, não podem ser separadas do tempo; enquanto houver homens, a sua história e a da natureza se condicionarão reciprocamente. (MARX; ENGELS, 1980, p. 304)

A questão ambiental não está pautada na insustentabilidade do atual padrão de desenvolvimento produtivista industrial, mas sim na própria lógica do modo de produção capitalista “[...] ao se tentar conciliar dinheiro (crescimento equilibrado) e natureza (desenvolvimento sustentável) [...] estar-se-á apenas e inutilmente tentando conciliar lobo e cordeiro” (VARGAS, 1997, p. 236). Nessa tentativa insere-se o ambientalismo ecocêntrico como uma ideologia cega às contradições de classe.

A escola ecológica [...] tenta hoje analisar as culturas como parte de ecossistemas dentro dos quais o homem é tratado como uma espécie natural [...] a sua fraqueza teórica está em privilegiar, como tipo de contradições explicativas do movimento das sociedades, contradições entre quantidades - quantidade de homens, quantidade de recursos -, não prestando atenção às contradições próprias das relações sociais (GODELIER, 1974, p. 260).

“Um marciano perguntaria: afinal, se todos estão tão mobilizados assim para a defesa da natureza, então quem está no ataque?” (BURSZTYN, 1995, p. 98)”.



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

O “ecoturismo”, moda introduzida na década de 80, é mais um lenitivo inventado pelo capitalismo para combater os estragos que ele mesmo criou. Pretende ser, em plena sociedade de consumo, uma salvação face aos abusos do sistema [...] Ecoturismo tem sido entendido como práticas pedagógicas, esportivas e de lazer junto à “natureza pura”, nos lugares diferenciais que ainda existem sob proteção: florestas, bosques, cursos d’água, montanhas escaláveis, exponenciais. (YAZIGI, 1999, p. 116)

Eric Hobsbawn conclui em sua obra “Era dos Extremos. O breve século XX: 1914-1991”:

Vivemos num mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico e tecnocientífico do desenvolvimento do capitalismo, que dominou os dois ou três últimos séculos. Sabemos, ou pelo menos é razoável supor, que ele não pode prosseguir *ad infinitum*. O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais, tanto externamente quanto internamente, de que chegamos a um ponto de crise histórica. As forças geradas pela economia tecnocientífica são agora suficientemente grandes para destruir o meio ambiente, ou seja, as fundações materiais da vida humana. As próprias estruturas das sociedades humanas, incluindo mesmo algumas das fundações sociais da economia capitalista, estão na iminência de ser destruídas pela erosão que herdamos do passado humano. Nosso mundo corre o risco de explosão e de implosão. Tem de mudar [...]

Não sabemos ao certo para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até este ponto e . . . por quê. Contudo, uma coisa é clara. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança da sociedade, é a escuridão. (HOBSBAWN, 1998, p. 562)

IMPLICAÇÕES PRÁTICAS E/OU TEÓRICAS

A complexidade do fenômeno turismo como um objeto de estudos de caráter inter/multi/transdisciplinar estimula a Sociologia a contribuir com o desenvolvimento de fundamentos epistemológicos da Turismologia enquanto ciência social aplicada, fazendo a necessária crítica de conceitos como o de ecoturismo. Ao incorporar o aporte das ciências sociais humaniza-se para formar e qualificar turismólogos com um viés holístico sobre o fenômeno e seus efeitos nos destinos turísticos.

Os dados inéditos de nossa pesquisa empírica realizada a nível de mestrado podem estimular empreendedores a implantar Sistemas de Gestão

Ambiental em conformidade com a norma ISO 14.001, que, se limitada, é plena de potencialidades lucrativas e ambientais. Seria interessante que a grade curricular de cursos superiores em Turismologia incluíssem, nas disciplinas de gestão, o gerenciamento ambiental preconizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sustentabilidade, como “conceito” teórico de inúmeros significados e múltiplas dimensões, por ocultar ou relativizar as determinações de relações de poder entre desiguais ou diferentes nos processos de desenvolvimento, perde aplicabilidade, um turismo sustentável, uma vez sem evidências empíricas passíveis de generalizações. Como um aparente paradoxo, exatamente por se propor a explicar tudo, por pretender atingir uma solução mágica e ao mesmo tempo racional para os (des)caminhos da humanidade em sua trajetória pelo bioma terra.

Dialeticamente, dada a encruzilhada histórica e civilizacional que vivenciamos, concluimos que a contínua reflexão sobre sustentabilidade é um imperativo. Sustentabilidade necessita, deve e tende a ganhar cada vez mais importância política, como ideia-força no sentido weberiano do termo, como utopia que realiza uma filosofia no significado da teoria crítica da Escola de Frankfurt. Uma mensagem que agrega, que conduz a ação, que motiva para a radicalização da democracia via a *práxis* de antigos e novos atores, organizações populares, e a mudança e transformação de processos e fenômenos que agem nos e sobre os lugares, em nível local e global, como o fenômeno turismo e suas relações com o meio ambiente.

Em pontual efetivação, atividade que envolve a oferta de serviços econômicos de hospitalidade, é possível um desenvolvimento diferenciado e sustentável do turismo, um fenômeno ambientalmente correto, adequado e lucrativo, regulado pelos Estados-nações em que países e comunidades hospedeiras sejam sujeitos ativos do processo de sua realização societária e ambiental.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Desenvolvimento sustentável: a luta por um conceito.

Proposta. Rio de Janeiro, nº 56, 1992

AFP. Missão para limpar o monte Everest recolhe três toneladas de lixo: aumento da atividade turística levou a acúmulo de resíduos na montanha.

Folha de São Paulo, São Paulo, 5 abr. 2019. 3 mai. 2019.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**: As estratégias de mudança da Agenda 21. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOO, E. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D.E. **Ecoturismo**: Um guia para planejamento e gestão. São Paulo: SENAC, 1995.

BRAMWELL, B. et al. **Sustainable Tourism Management**: Principles and practice. Tilburg, Netherlands: Tilburg University Press, 1996

BRANDON, K. Etapas básicas para incentivar a participação da comunidade em projetos de turismo de natureza. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D.E. **Ecoturismo**: Um guia para planejamento e gestão. SENAC, São Paulo, 1995.

BRICE-SADDLER, M. Ilha de Komodo, na Indonésia, será fechada a turistas após roubos de dragões: medida dará às autoridades locais a chance de aumentar a população do animal e preservar seu habitat. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 abr. 2019.

BROWN, L. et al. O planejamento de uma sociedade sustentável. In: BROWN L. (org.). **Salve o Planeta**: Qualidade de vida 1990. São Paulo: Globo, 1990.

BURSZTYN, M. Armadilhas do progresso: contradições entre economia e ecologia. **Sociedade e Estado**. Brasília: Departamento de Sociologia da UnB, jan-jul, vol. 10, n.1, pp 97-124., 1995.

CALLENBACH, E. et al. **Gerenciamento Ecológico EcoManagement**: Guia do Instituto Elmwood de auditoria ecológica e negócios sustentáveis. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

CAPRA, F. **O Ponto de Mutação**: A a ciência, a sociedade e a cultura e emergente. São Paulo: Cultrix, 1982.

CORIOLOANO, L. N. M. T. Turismo e degradação ambiental no litoral do Ceará. In: LEMOS, A. I. G. de (org.). **Turismo**: Impactos socioambientais. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

CMMAD - Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

DE KADT, E. **Tourism: Passport to development**. Oxford: Oxford University Press, 1979.

DIAS, R. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES, A. C. Desenvolvimento sustentável ou sociedade sustentável. In: **Ecologia Humana e Planejamento em Áreas Costeiras**. São Paulo: NUPAUB. 1995

DOWER, M. **Fourth Wave: The challenge of leisure**. Londres: Civic Tour, 1968.

FARIA, D. S.; CARNEIRO, K. S. **Sustentabilidade Ecológica no Turismo**. Brasília: UnB, 2001.

FORTES, M. Desenvolvimento e meio ambiente: a visão empresarial. In: VELLOSO, J. P.R. (org.). **A Ecologia e o Novo Padrão de Desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1992.

GODELIER, M. A antropologia econômica. In: COPANS, J. et al. **Antropologia: ciência das sociedades primitivas?** Lisboa: Edições 70, 1974.

GUILLAUMON, J. R. Análise de trilhas de interpretação. **Instituto Florestal (Bol. Técnico 25)**. São Paulo, 1977.

HAMZAH, A. The evolution of small-scale tourism in Malaysia: problems and opportunities, and implications for sustainability. In: STABLER, M. (ed.). **Tourism and Sustainability: Principles and practice**. Wallingford: CAB International, 1997.

HOBBSAWN, E. **Era dos Extremos**. O breve século XX: 1914-1991. 2a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KRIPPENDORF, J. **The Holiday Makers: Understanding the impact of leisure and travel**. Oxford, Heinemann, 1992.

LINDBERG, K.; HUBER JR. R. M. Questões econômicas na gestão do ecoturismo. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo: Um guia para planejamento e gestão**. SENAC, São Paulo, 1995.

LYRA, P. Meio ambiente pode mudar Mercosul. **Folha do Meio Ambiente**. Brasília, outubro, p.3., 1998.



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia em geral. In: CARDOSO, F. H.; IANNI, O. (orgs.). **Homem e Sociedade**. São Paulo: Editora Nacional, 1980

MATHIESON, A.; WALL, G.: **Tourism**: Economic, Physical, and Social Impacts. Nova York: Longman, 1982.

MENDONÇA, R. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição? In: LEMOS, A. I. G. de (org.). **Turismo**: impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec, 1999.

MORIN, E. **Ciência com Consciência**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1982.

MOSER, G. **Antropologia do Turismo, Sociologia e História**: Temas e reflexões. Indaial - SC: Editora ASSELVI, 2004.

MURPHI, P. **Tourism**: a Community Approach. Londres: Methuen, 1985.

PAGANI, M. I. et al. As trilhas interpretativas da natureza e o ecoturismo. In: LEMOS, A. I. G. de (org.). **Turismo**: Impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec, 1999.

PIGRAN, J. Sustainable tourism policy considerations. **Journal of Tourism Studies** 1. pp. 2-9, 1990.

PIRES, M. O. A trajetória do conceito de desenvolvimento sustentável na transição de paradigmas. In: DUARTE, L. M. G.; BRAGA, M. L. S. (orgs.). **Tristes Cerrados**. Sociedade e biodiversidade. Brasília: Paralelo 15, 1998.

PIRES, P.S. A dimensão conceitual do ecoturismo. **Turismo**: Visão e ação. 1998.

RAMBALDI, D. R.; FERREIRA, F. H. F. O poder e o desenvolvimento do ecoturismo no Brasil. **Annals of the Second International Congress & Exhibition on Ecotourism**. Salvador: 2000.

REBOUÇAS, A. C. Análise da Comissão Interministerial para o desenvolvimento sustentável como agência implementadora da Agenda 21. In: CORDANI, E.; MARCOVITCH, A; LATI, D. (orgs.). **A Rio-92 Cinco Anos Depois**: avaliação das ações brasileiras em direção ao desenvolvimento sustentável cinco anos após a Rio-92. São Paulo: Alphagraphics, 1997.

RIBEIRO, G. L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia de desenvolvimento. **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, nº34, 1991.



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (org.). **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. 2a ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SCHELHAS, J. Construção e manutenção de trilhas. **Curso de treinamento e capacitação em gerenciamento de parques e outras áreas protegidas de São Paulo-SP**. São Paulo: Instituto Florestal, vol. 1, 1986.

SCHMIDHEIN, S. Desenvolvimento sustentável: um desafio global para a indústria. **ECORIO**. Rio de Janeiro, ano 1, n° 2, pp. 8-11, 1991.

SELVA, V. S. F.; COUTINHO, S. F. S.: Ecotourism X Ecological Tourism in Brazil: S necessary distinction? **Annals of the Second International Congress & Exhibition on Ecotourism**. Salvador, 2000.

SIQUEIRA, **História Social do Turismo**. Rio de Janeiro: Garamound, 2005.

SOUZA SANTOS, B. **Um Discurso sobre as Ciências**. Porto: Afrontamento, 1993.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável: Conceitos e impacto ambiental**. São Paulo: Aleph, 2000.

TOMÁS, P. A. S. Las implicaciones socioculturales del turismo en el mar Mediterráneo. In: LEMOS, A. I. G. de (org.). **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

UNGARETTI, W. N. **Empresariado e Ambientalismo: Uma análise de conteúdo da Gazeta Mercantil**. São Paulo: Annablume, 1998.

VARGAS, P. R. O insustentável discurso da sustentabilidade. In: BECKER, D. F. (org.). **Desenvolvimento Sustentável: Necessidade e/ou probabilidade?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

VIEIRA, L. **Cidadania e Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D.; VIEIRA, P. F. (orgs.). **Dilemas Sócio-ambientais e Desenvolvimento Sustentável**. Campinas: UNICAMP, 1992.

VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: VIOLA, E. J. et al. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as ciências sociais**. 2a ed. São Paulo: Cortez, 1998.



YÁZIGI, E. **Turismo**. Uma esperança condicional. 2a. ed. São Paulo: Global, 1999.

YOUNG, G. **Tourism**: Blessing or blight? Harmondsworth: Penguin, 1973.